

A desordem imperial

Álvaro de Vasconcelos

Jorge Luis Borges, referindo-se às muitas datas em que a emoção da hora ditaram que fossem tidas como abrindo novas épocas na história da humanidade, escreveu que «a verdadeira História tem mais pudor e as suas datas essenciais podem conservar-se durante muito tempo secretas». O 11 de Setembro é talvez uma dessas datas em que, fruto do horror e da revolta contra a barbárie totalitária, quase todos disseram que o mundo mudou porque todos assistiram à tragédia. Mas não foi uma dessas datas essenciais que inauguram novas eras. O pós-11 de Setembro, se tivesse posto ao serviço de uma ordem multilateral a enorme capacidade de liderança da América, e a legitimidade que o ataque conferiu ao presidente recém-eleito da única superpotência restante, esse, poderia ter mudado o curso da História. A 10 de Setembro, George W. Bush era um líder unanimemente considerado como mal eleito, unilateralista e isolacionista. No dia seguinte, tinha-se tornado o líder do Mundo pela força prodigiosa da indignação e da identificação com a América. Como escrevemos aqui, Manhattan era o mundo, não só porque as vítimas eram de muitas e variadas nacionalidades ou porque Nova Iorque é a mais cosmopolita das cidades, mas porque o ataque tinha sido um crime contra a humanidade, e por isso contra todos nós.

A 10 de Setembro, vivia-se num mundo ainda sem ordem em que a tese mais convincente para o explicar era a da anarquia que alastrava a par da erupção do nacionalismo identitário, que na forma mais extrema, a do islamismo radical de Bin Laden, atingiu a América. A alternativa de ordem que se vislumbrava resultava não de um projecto de ordem hegemónica unipolar ou de um mundo multipolar, de equilíbrio instável entre grandes potências, mas de uma ordem multilateral pós-hegemónica, para a qual nos encaminhávamos embora a passos lentos e pouco seguros. Tínhamos saído da década de noventa – que, apesar das tragédias, foi talvez a mais brilhante do século vinte – que começara em 1989 com a implosão do totalitarismo soviético e da ordem da dupla hegemonia.

A derradeira década do século foi a de todas as esperanças no multilateralismo e na força da integração, em que se viu aparecer o Mercosul, em que Bush pai lançou a ideia da nova ordem internacional e impediu a ocupação do Koweit pelo Iraque, em que se deu poder regulador à OMC, em que se fizeram intervenções humanitárias, se criaram os tribunais para o Ruanda e a Bósnia, se lançou em Roma o Tribunal Penal Internacional. Fruto da aproximação entre a América governada por um presidente liberal e a União Europeia, foram sendo estabelecidos princípios e normas para regular o sistema internacional. Foi, em suma, a década em que se começou a falar de um novo multilateralismo, e que terminou sob o signo do império planetário da lei. Na Cimeira do Milénio, Koffi Annan pôde declarar, com fortes aplausos da maioria, e inclusive do Presidente americano cessante, que as fronteiras da soberania não podem ser refúgio inexpugnável para Estados que adoptem «comportamentos criminosos convencidos da sua impunidade».

Poucos falarão hoje de novo multilateralismo. Será que tais ideias mais não parecem, um ano depois do 11 de Setembro, como uma quimera de idealistas, de incautos que não percebem que nas relações internacionais continua a imperar a lei da selva e o realismo dos interesses das potências. Teria que ter sido fatalmente assim? Certamente que não: em primeiro lugar, a luta contra o terrorismo poderia ter sido travada em nome e no respeito dos direitos do Homem e da Justiça internacional. Bush poderia ter entregue os prisioneiros postos em Guantánamo, sem nome nem direitos, a um tribunal penal criado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. As Nações Unidas, que legitimaram por unanimidade o uso da força contra a Al-Qaida e os que lhe davam santuário, teriam sido reforçadas. Em vez disso, foram postas de lado em favor de uma coligação sem princípios nem capacidade de acção, que alguns ingenuamente tomaram por uma iniciativa multilateral. No Médio Oriente, a administração americana, em vez do beneplácito a Ariel Sharon, declarado «um homem de paz», poderia ter promovido a intervenção de uma força internacional para separar as duas partes e impor a solução de dois Estados, e proteger assim os civis palestinos e israelitas do terror. No que diz respeito às organizações financeiras internacionais, poderia tê-las tornado mais eficazes e atentas a crises como a da Argentina.

Os Estados Unidos poderiam ter sido, a par da União Europeia, os mais fervorosos defensores do TPI e das convenções internacionais em matéria de protecção do ambiente ou erradicação das armas químicas, e terem assim feito dos tratados e regimes multilaterais poderosos instrumentos para a um mundo mais habitável, regulado e

solidário, e mais perigoso para os que cometem crimes contra a humanidade, fazendo jus à tradição internacionalista da pátria de Roosevelt, dos criadores da Nações Unidas e dos impulsionadores da integração europeia no pós-guerra.

Um ano depois, a influência americana no mundo talvez tenha aumentado. Os Estados Unidos são hoje mais temidos que eram há um ano. No entanto o Mundo não está mais seguro que antes do 11 de Setembro, e sobretudo perdeu-se uma extraordinária oportunidade para o tornar mais justo. E será que, ao menos, os terroristas da estirpe de Bin Laden estão mais fracos e inoperantes? A resposta não é evidente. Se por um lado Bin Laden perdeu o santuário que lhe davam os Taliban, a verdade é que a sua capacidade para desestabilizar o Paquistão, onde muito provavelmente se encontra, parece ter aumentado. O agravar da guerra na Palestina, os tambores de guerra contra a ditadura iraquiana, são, por outro lado, boas notícias para quem, como os islamistas radicais, tem como objectivo conquistar a simpatia e o apoio dos muçulmanos, nomeadamente na região do Golfo. Quando ao Imperador vieram dizer que as províncias obedeciam a Roma não por acatarem as suas leis mas por temerem as suas legiões, este pressentiu o perigo grave que corria o Império. É este o dilema que enfrenta a hiperpotência americana que quer sozinha impor a ordem no Império, em vez de definir as regras que todos aceitam e a que têm de obedecer, antes de tudo porque a elas se quer subtrair.

Uma coligação sem princípios e de todos os oportunismos, comandada pelos Estados Unidos, não é substituto da ordem internacional. O terrorismo e o seu combate, como se constata, não é o factor de agregação da nova ordem que foi o soviétismo na velha, porque não é uma força única e porque ficam de fora da sua mais lata definição a maioria das crises internacionais que continuaram sem solução ou se agravaram mesmo dramaticamente, como a do Médio Oriente. Um ano depois, a luta contra o terrorismo significou em muitos países da coligação, para a qual cada um trouxe a sua Tchechénia, um reforço do autoritarismo. Bush tem que compreender o que muitos americanos já perceberam: a identificação da democracia americana com regimes despóticos é uma enorme fábrica de ódios, que faz aumentar o poder dos inimigos da América. Há indícios de que tal pode estar a começar a acontecer, como a decisão simbólica do governo americano de suspender novas ajudas ao Egipto em protesto pela condenação a sete anos de cadeia de um activista dos direitos do homem .

Um ano depois, constata-se que Bush não esteve à altura da gravidade dos acontecimentos nem da solidariedade suscitada para com a América. A desordem internacional tende a

agravar-se e os factores de crise não param de crescer. Não há ordem no Império, que aliás não existe – tanto mais que apesar de todo o poderio americano, os que aceitavam a sua hegemonia benigna não estão dispostos a submeter-se ao diktat. Mas muitos, incluindo os europeus, estão dispostos a aceitar a liderança da maior potência democrática da Terra para a criação de uma ordem internacional assente na associação entre os Estados, na lei e na justiça, e na força para a impor quando necessário. A actual administração americana, salvo algumas excepções, não tem a visão do Mundo nem a sabedoria para tal tarefa; a União Europeia tem talvez a visão mas não tem a unidade e o poder para pesar decididamente no desenho da ordem internacional e continuará concentrada na construção dessa ordem na Europa. Pobre satisfação para os que cá não vivem.